30	1º TURNO		07h00		13h00	
	1º TURNO		07h00		13h00	
	2º TURNO		13h00		19h00	
	2º TURNO		13h00		19h00	
	3º TURNO		18h00		23h00	
	3º TURNO		18h00		23h00	
31	1º TURNO		07h00		13h00	
	1º TURNO		07h00		13h00	
	2º TURNO		13h00		19h00	
	2º TURNO		13h00		19h00	
	3º TURNO		18h00		23h00	
	3º TURNO		18h00		23h00	

OBSERVAÇÕES (quando houver): _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

preencher com local e data

Assinatura e colocar nome completo e o cargo

Protocolo: 971015

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEDUC/PMPA Nº 02/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre as atribuições dos Oficiais da reserva remunerada em atuação nas Diretorias Regionais de Ensino (DREs), no âmbito do Programa Escola Segura.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo inciso II, do parágrafo único, do artigo 138 da Constituição do Estado do Pará, o COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I, do artigo 8º da Lei Complementar nº 053, de 07 de fevereiro de 2006, ambos considerando:

- que a educação é assegurada na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nos termos do artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do artigo 2º da Lei n. 9.394/1996 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- que a educação é um direito humano expresso em inúmeros tratados internacionais ratificados pelo Brasil, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- que o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- que o art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- a constante obrigação da administração pública em promover ações para garantir a segurança, prevenir a violência escolar e o bem-estar dos estudantes, docentes e demais profissionais da educação;
- os termos da Lei, nº 9.900, de 2 de maio de 2023, publicada no DOE nº 35.384, de 03 de maio de 2023, que institui o Programa Escola Segura e cria o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE), no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC),

Resolvem:

Art. 1º Ficam considerados como "Assessores Policiais Militares" os Oficiais da reserva remunerada em atuação nas Diretorias Regionais de Ensino (DREs), no âmbito do Programa Escola Segura.

Parágrafo único. Os oficiais da reserva remunerada são considerados parte integrante do Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE), vinculado ao Gabinete do Secretário de Estado da Educação do Pará, em conformidade com os termos da Lei, nº 9.900, de 2 de maio de 2023.

Art. 2º Compete aos Oficiais da reserva remunerada em atuação nas Diretorias Regionais de Ensino (DREs):

- I - cumprir jornada de trabalho no período de 8h00min às 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira, na sede da DRE que fora designado, com intervalo de 2 (duas) horas para o almoço, exceto dias com agenda externa, vinculada ao Programa Escola Segura ou feriados programados;
- II - realizar diagnóstico dos problemas de segurança nas escolas sob a circunscrição das DRE's pelas quais se encontram responsáveis, no que diz respeito às questões estruturais das escolas, quanto de suas adjacências, assim como também quanto aos principais problemas relacionados à segurança da comunidade escolar, no ambiente escolar ou relacionado a ele;
- III - orientar os Dirigentes Regionais de Ensino e os gestores das unidades escolares quanto às medidas a serem adotadas para mitigar os problemas de segurança nas unidades de ensino;
- IV - Informar, de imediato, à chefia do Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE) quaisquer anormalidades de segurança no ambiente escolar de natureza grave;
- V - encaminhar ao Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE), periodicamente, relatório a respeito de fatos graves ocorridos no ambiente escolar;
- VI - orientar a comunidade escolar a respeito das medidas de segurança que devem ser adotadas por todos, com vista à segurança nas unidades de ensino, tanto para a prevenção, quanto para momentos de crise;
- VII - divulgar o protocolo de procedimentos à comunidade escolar sob sua circunscrição;
- VIII - utilizar o fardamento oficial e completo da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), devidamente armado e equipado;
- IX - adotar o Processo Administrativo Eletrônico - PAE como comunicação formal;
- X - reunir e prestar assessoramento aos gestores das DRE's e aos gestores escolares, a fim de manter conhecimento acerca de segurança escolar e avaliar os resultados do serviço prestado;
- XI - atuar de forma integrada com outros órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, em ocorrências de maior gravidade dentro de sua área de circunscrição;
- XII - elaborar mensalmente relatório no modelo padronizado pelo Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE) das atividades desenvolvidas e remetê-lo ao NUSPE;
- XIII - interagir com o corpo de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos das respectivas DREs, a fim de obter informações que possam subsidiar ações a serem desenvolvidas na área de segurança;
- XIV - preencher relatório virtual com informações das ocorrências que chegarem a seu conhecimento, por meio do link disponibilizado pelo Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE), a fim de gerar estatística;
- XV - reunir com os Comandos Intermediários (COINTs) da PMPA das respectivas DREs, a fim de traçar diretrizes e procedimentos, aprimorando o policiamento e conduta escolar, encaminhando ao Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE) para devido alinhamento com a PMPA e demais órgãos necessários;
- XVI - monitorar o policiamento ostensivo fardado, empregado dentro e nos arredores dos estabelecimentos de ensino, levantando faltas e alterações que possam surgir, desde que haja apoio logístico;
- XVII - tomar ciência da lista de frequência do policiamento nas escolas, encaminhando-a via PAE ao Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE);
- XVIII - elaborar palestras tendo como público-alvo o corpo docente, os servidores, os discentes, pais e/ou responsáveis, referentes à segurança pública e proteção escolar, além de temáticas que contribuam para pacificação da comunidade escolar;
- XIX - interagir com o Comando do Corpo de Bombeiros Militar, Delegado de Polícia Civil, Equipe do Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Órgãos de trânsito e demais órgãos públicos disponíveis na região, a fim de realizar agendamento de palestras com temáticas específicas;
- XX - acompanhar o desdobramento do Boletim de Ocorrência junto à Polícia Civil, de fatos que envolvam a comunidade escolar e informar o Núcleo de